

REVISTA A ESTRÊLA, JORNAIS E TESTEMUNHOS: AS DISPUTAS DE MEMÓRIA NAS PRISÕES DA CAPITAL DO ESTADO SOB A GESTÃO DE VICTÓRIO CANEPPA (1932–1954)

Resumo:

Este artigo investiga os processos de construção da memória oficial e das memórias subterrâneas do sistema prisional brasileiro durante o governo Vargas com enfoque na atuação de Victório Caneppe à frente das instituições prisionais do Estado do Rio de Janeiro dando destaque às narrativas esquecidas, marginalizadas ou silenciadas das pessoas que cumpriram pena nas instituições onde atuou. A pesquisa exploratória de natureza qualitativa, baseou-se em trabalho de campo na Biblioteca do Museu Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro e pesquisa documental na Hemeroteca da Biblioteca Nacional. As fontes incluem os periódicos *A Estrêla* publicação oficial do governo, e os jornais de oposição, *Tribuna da Imprensa* e *Imprensa Popular*, além do estudo do acervo do diretor. Ao reunir testemunhos das pessoas presas por motivos políticos, e das pessoas que cumpriam pena decretada pela justiça o estudo contribui para uma leitura crítica das disputas de memória que atravessaram o sistema prisional da época. Ao reconhecer a memória como construção social, o estudo enfatiza que as narrativas do passado não se encerram com o tempo, mas continuam a interpelar o presente, sobretudo no que se refere à justiça, à dignidade humana e à preservação das experiências marginalizadas, influenciando práticas institucionais contemporâneas.

Palavras-chave: Memórias subterrâneas, sistema penitenciário, Victório Caneppe.

Abstract:

This article investigates the processes of constructing official memory and subterranean memories of the Brazilian prison system during the Vargas government, focusing on the role of Victório Caneppe as head of the main prison institutions in the State of Rio de Janeiro. It highlights the forgotten, marginalized, or silenced narratives of individuals who served sentences in the institutions under his management. This exploratory, qualitative research was based on fieldwork conducted at the Library of the Penitentiary Museum of the State of Rio de Janeiro and documentary research at the Hemeroteca of the National Library. The sources analyzed include the official government publication *A Estrêla*, and opposition newspapers *Tribuna da Imprensa* and *Imprensa Popular*, as well as the director's personal archive. By gathering testimonies from both political prisoners and individuals serving court-mandated sentences, the study contributes to a critical understanding of the memory disputes that shaped the prison system during that period. Recognizing memory as a social construct, the study emphasizes that past narratives do not end with time, but continue to challenge the present, especially regarding justice, human dignity, and the preservation of marginalized experiences, thus influencing contemporary institutional practices.

Keywords: Subterranean memories, prison system, Victório Caneppe,

Introdução

Este trabalho, recorte da dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-

Graduação em Memória Social (PPGMS), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), objetiva discutir as memórias do sistema prisional brasileiro relacionadas ao período de gestão de Victório Canepa, que atuou como diretor das principais instituições prisionais do Estado do Rio de Janeiro durante o governo de Getúlio Vargas abrangendo as décadas de 1930, 1940 e meados da década de 1950.

Ao longo de sua carreira, Canepa foi responsável por administrar os presídios do Lazareto e a Colônia Correccional de Dois Rios (CCDR), instituições localizadas na Ilha Grande, a 150 km do Rio de Janeiro e também a Casa de Correção do Distrito Federal, a Penitenciária Central do Distrito Federal (PCDF) e a Penitenciária Feminina de Bangu, situadas na capital do Estado. Canepa também atuou na Superintendência da Colônia Agrícola de Fernando de Noronha em Pernambuco, “destinada à concentração e trabalho de indivíduos reputados perigosos à ordem pública, ou suspeitos de atividades extremistas” (Brasil, 1938).

Entretanto, foi durante sua gestão à frente da principal instituição penal da Capital, a PCDF, que Victório Canepa ganhou notoriedade por implementar políticas humanitárias voltadas às pessoas que cumpriam pena, promovendo obras de melhorias estruturais visando a modernização dos espaços prisionais, aparelhando as instituições com oficinas de trabalho dotadas de maquinários modernos em ambientes bem projetados, e ainda criando espaços destinados à educação com escola, biblioteca, campos de esporte e teatro, com o objetivo de preparar as pessoas que cumpriam pena para o retorno a vida extramuros.

Canepa foi ainda, integrante do Conselho Penitenciário do Distrito Federal e, em 1952, criou a Associação Brasileira de Prisões. De acordo com Tavares (2017), após o fim do governo Vargas, o gestor a convite das Organizações das Nações Unidas (ONU) participa em 1955 da elaboração do documento *Regras Mínimas para Tratamento dos Reclusos*, documento de referência internacional que inspirou a criação na nossa Lei nº 7210, Lei de Execução Penal (LEP), de 11 de julho de 1984.

Desta forma, Victório Canepa foi reconhecido como autoridade no campo do sistema penitenciário brasileiro, especialmente no que se refere à proposta de humanização das penas. O título de especialista adquirido pelo diretor ao longo de sua carreira o colocou no mesmo patamar dos principais penitenciaristas da época em âmbito nacional e internacional, apontados por Andrade (2011) como homens influentes que integravam o cotidiano prisional, como, por exemplo, Roberto Lyra, Lemos Brito, Cândido Mendes, o argentino Roberto Petinatto, o criminólogo norte americano Negley K. Teeters, dentre outros, o que chancela a inserção do diretor em um círculo profissional e intelectual relevante no cenário nacional e mundial, sendo reconhecido por seu trabalho à frente do sistema prisional por parte de seus pares.

Tal reconhecimento permitiu-lhe participar ativamente de congressos internacionais sobre o tema como representante do Brasil, nos quais apresentava propostas e defendia medidas voltadas à modernização e a humanização do sistema penitenciário brasileiro, pavimentando seu caminho de gestor atuante na orientação de políticas públicas para a unificação e melhorias do sistema penitenciário brasileiro.

Assim, essas memórias dizem respeito tanto a Victório Canepa e autoridades, quanto às pessoas que cumpriam pena nas penitenciárias da Capital em razão de delitos ou crimes praticados e que tinham em comum, assim como nos dias atuais, o fato de pertencerem às camadas mais pobres da sociedade, compostos por pessoas negras, prostitutas, desocupados, desempregados, imigrantes, dentre outros estigmatizadas como pessoas potencialmente perigosas para a sociedade.

Cabe ressaltar que, durante o período de gestão de Victório Canepa, pessoas presas por crimes comuns compartilharam o mesmo espaço nas prisões com as pessoas condenadas por crimes de caráter político presas arbitrariamente pelo Estado por não concordarem com o sistema de governo instituído por Getúlio Vargas e que, por este motivo, sofreram medidas por parte de órgãos estatais de censura e controle criados pelo governo como o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), caracterizadas por restrições aos direitos civis, censura à imprensa e perseguições políticas, dentre outras formas de controle (Carneiro, 1999).

Desta forma, a pena privativa de liberdade passou a exceder os limites originalmente estabelecidos em sentença legalmente estabelecida, especialmente quando se tratava de "crimes políticos", tendo em vista que, em decorrência das decisões do governo, a atuação do Judiciário e de outras instâncias governamentais ficaram restringidas interferindo diretamente no cumprimento das leis (Pedroso, 2002, p. 115).

Nesse contexto, a tortura era uma prática utilizada nos presídios como uma forma de extrair informações, punir dissidentes e até mesmo como um método de intimidação para desencorajar outros opositores, de forma que conforme apontado por Pedroso (2002), pessoas presas sob acusação de crimes de caráter político eram submetidas à tortura e ao assassinato cotidianamente.

Neste sentido, o Rio de Janeiro se tornou palco de uma série de violações à dignidade humana, com prisões arbitrárias e práticas de tortura, de forma que punir e castigar esta gama de desclassificados significou a atribuição do poder de vida e morte ao Estado, que se utilizou desses atos para promover uma nova ordem social, concretizada durante a ditadura Estadonovista, tendo Victório Canepa à frente da gestão do sistema prisional do Estado.

Assim, nos deparamos com a construção da imagem de Victório Canepa como um gestor que, ao mesmo tempo em que era considerado um homem arbitrário e violento em se tratando de pessoas presas por motivos políticos durante período ditatorial do governo de Getúlio Vargas, também foi protagonista ao apontar caminhos legais e orientar políticas públicas voltadas para a humanização das penas e unificação do sistema penitenciário brasileiro. Essa dualidade evidencia as tensões presentes na trajetória de Canepa, apontando para a complexidade de sua atuação à frente da gestão das principais prisões da Capital do Estado, sucitando, portanto, a necessidade de uma abordagem crítica e contextualizada das memórias institucionais produzidas durante sua gestão.

Neste sentido, este trabalho visa fomentar reflexões acerca da memória do sistema penitenciário brasileiro durante o governo de Getúlio Vargas a partir de edições do periódico institucional revista *A Estrêla: Órgão oficial da Penintenciária Central do Distrito Federal*, correspondentes ao Ano I (1951), Ano II (1952) e Anos III/IV (1953/1954), pertencentes ao acervo de Victório Canepa, hoje sob a guarda na Biblioteca do Museu Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro (MPERJ), vinculado à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP).

Por outro lado, também investigaremos aspectos das memórias referentes às narrativas esquecidas ou marginalizadas, que foram objeto de omissões ou silenciamentos por parte do Estado, e que correspondem às narrativas deixadas em obras bibliográficas produzidas por pessoas presas por razões políticas. Esses relatos revelam experiências de torturas e maus-tratos vivenciadas nos porões das instituições carcerárias do Estado, assim como episódios de violência e castigo também enfrentados pelas pessoas que cumpriam pena com trabalho decretada pela justiça e que eram submetidos a rotinas disciplinares de vigilância, controle, abusos e maus tratos no interior dos presídios do Estado. Para isto, serão consideradas as denúncias envolvendo o nome de Victório Canepa em matérias publicadas entre os anos de 1950 e 1957 nos jornais de oposição *Tribuna da Imprensa* e *Imprensa Popular*.

A motivação para esta pesquisa deve-se à constatação de que a memória do Sistema Penitenciário na Era Vargas sob a gestão de Victório Canepa, com relação a violações de direitos fundamentais, é uma temática ainda pouco estudada pela Academia, até mesmo pela ausência de documentações a respeito. E essa ausência é agravada, conforme aponta Cancelli (1994), pelo fato de que, ao deixar o cargo, Filinto Müller, chefe imediato de Victório Canepa, ordenou a queima dos documentos da chefatura de polícia.

A escassez de documentação¹ apontada torna esta pesquisa sobre as memórias

¹ Apesar das ações de apagamento promovidas pelo Estado, o trabalho da memória relacionada à repressão política segue sendo desenvolvida por pesquisadores e instituições. A recente descoberta de fichas de agentes do DOPS na antiga sede do órgão, no Rio de Janeiro, contribui para lançar luz sobre a atuação repressiva entre os anos 1940 e o período da ditadura militar. Esses documentos tem o potencial de auxiliar na reconstituição de episódios silenciados, especialmente aqueles ligados ao

subterrâneas (Pollack, 1989), das prisões no governo Vargas sob a gestão de Victório Canepa ainda mais desafiadora, requerendo o uso de fontes alternativas e análises visando lançar luz sobre as ações e discursos que moldaram a atuação do Estado relacionada às práticas adotadas para com as pessoas presas naquele período.

A pesquisa, de base qualitativa, adota a metodologia exploratória. Além da pesquisa bibliográfica, realizamos trabalho de campo nas instalações da Biblioteca do MPERJ/SEAP, durante os meses de março à abril de 2024, que consistiu na análise dos periódicos da revista *A Estrêla*, cujos sumários foram listados em 15 tabelas totalizando, aproximadamente 300 títulos, o que nos possibilitou identificar a lógica da organização das publicações e também das temáticas selecionadas pelo diretor para compor cada edição, além disso foi realizada análise das obras do acervo do diretor.

A outra etapa do trabalho consistiu de pesquisa documental no acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional onde foi realizada busca eletrônica nominal nas páginas dos jornais *Tribuna da Imprensa* e *Imprensa Popular* com os termos “Canepa” e “Canepa” identificados a partir das grafias encontradas nas obras de referência, resultando na recuperação de um total de 99 publicações mencionando o nome do gestor, cujos títulos também foram listados e o conteúdo indexado e descrito nas tabelas elaboradas para os respectivos jornais.

Buscas nos portais de periódicos da *Capes*, *Scielo* e *Google Acadêmico*, também foram realizadas a partir dos termos “Victório Canepa”, “Victório Canepa”, “Penitenciária Central do Distrito Federal” e “prisões” tendo como resultado a recuperação de dois artigos publicados, ambos de autoria de Tavares (2022, 2024).

As informações obtidas sobre Victório Canepa basearam-se em Sobrinho (2013), Andrade (2011), Tavares (2017). Nesses trabalhos, as autoras desenvolveram seus respectivos estudos tendo por base o conteúdo do periódico criado por Canepa e que circulou durante seu período de atuação como gestor do principal presídio da capital do Estado.

Para a contextualização do período de governo de Getúlio Vargas destacamos os estudos dos historiadores Boris Fausto (1987, 2006) e Dulce Pandolfi (1999, 2023). Também foram consideradas as contribuições das autoras Elizabeth Cancelli (1994), *O mundo da violência: a polícia da Era Vargas*; Regina Célia Pedroso (2002), *Os signos da Opressão: História e violência das prisões brasileiras* e da socióloga Myrian Sepúlveda dos Santos (2017), *Os porões da República: a barbárie nas prisões da Ilha Grande: 1894-1945*, que em suas obras analisam como o Estado brasileiro utilizou o sistema prisional como instrumento de repressão e controle político durante a Era Vargas, recorrendo à violência, tortura e outras práticas como estratégia utilizada para silenciar dissidentes e manter a ordem pública, sob a justificativa de proteção da segurança nacional ou combate a supostas ameaças internas.

No campo da Memória Social, consideramos os estudos de Pollak (1989, 1992), nos quais o autor discute a relação entre a memória e a identidade e a tensão entre a memória oficial e a memória subterrânea, esta última correspondente às narrativas silenciadas ou marginalizadas pela memória dominante, geralmente pertencentes a grupos minoritários, dominados ou excluídos, mas que ainda assim resistem a imposição da memória oficial, preservando as vivências e interpretações do passado, desafiando o discurso oficial.

Alinhamos-nos a Halbwachs (1990) que considera a memória como uma construção social articulada por distintos grupos sociais, pertencentes a diferentes classes da sociedade, moldadas por particularidades relacionadas às experiências vividas por cada grupo, em suas respectivas realidades, e que durante certo período de tempo coexistiram no mesmo ambiente.

Le Goff (1990) complementa as fontes no campo da memória no que tange à concepção dos documentos enquanto registros da memória institucional e da memória não oficial, enquanto Gondar (2016) contribui com a perspectiva relativa à necessidade de

governo Vargas, reafirmando a ideia de que a memória é um processo em constante disputa, reconstrução e resistência.

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2025/05/22/abandonado-ha-15-anos-antigo-dops-no-rio-pode-virar-centro-de-memoria-da-ditadura.ghtml>.

investigação acerca das intenções e disputas integrantes na produção e/ou preservação da memória.

Também analisamos os testemunhos de pessoas anônimas publicados nos jornais de oposição bem como obras escritas por autores que vivenciaram a experiência nos porões das prisões do Estado sob a gestão de Victório Caneppe. Participam dessa análise obras póstumas, publicadas por familiares e/ou amigos próximos, como por exemplo a obra *Memórias do Cárcere Volume II*, de Graciliano Ramos (1976) e *Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro*, escrito por sua filha, Anita Leocádia Prestes (2016), dentre outras, cujos relatos descreverem não apenas os espaços prisionais, mas também a rotina vivenciada tanto pelos próprios autores quanto pelas demais pessoas que cumpriam pena decretada pela justiça nas instituições prisionais do Estado brasileiro.

Consideramos que as narrativas de pessoas anônimas publicadas nos jornais de oposição reforçam o papel desses testemunhos na construção das memórias subterrâneas, permitindo que as experiências vividas pelos sentenciados nos locais em que estiveram cumprindo pena sejam incorporadas às demais memórias do período enunciadas pelas pessoas presas acusadas de haverem cometido crimes de caráter político. Nesse sentido, tornam-se evidentes as contradições entre o discurso oficial e as práticas efetivamente adotadas nas prisões marcadas por abusos, privações e violência durante a gestão de Victório Caneppe.

Assim, buscamos relacionar a produção contida nos periódicos à memória oficial do sistema penitenciário durante a Era Vargas e às mudanças implementadas pelo gestor investigando em que medida as publicações da revista *A Estréla* auxiliaram na conformação da memória do sistema prisional brasileiro durante a gestão de Victório Caneppe.

Breve panorama histórico das instituições Prisionais no início do século XX.

No início do século XX, o cenário social e político do Brasil era bastante complexo, especialmente após a abolição da escravidão. A exclusão de pessoas negras do mercado de trabalho gerava desigualdades ainda mais reforçadas por estereótipos e preconceitos por parte da população, alimentando o temor social em relação aos supostos perigos decorrentes desse desequilíbrio. Nesse contexto, a prisão adquiriu novas funções como instrumento de controle social com o surgimento de tipos de prisões destinados a abrigar diferentes categorias de pessoas consideradas marginais ou desviantes. Segundo Pedrosa (2002), esses novos modelos de prisões passaram a classificar as pessoas consideradas ameaças à sociedade de acordo com categorias criminais específicas, como contraventores, menores infratores, pessoas com transtornos mentais e mulheres.

Nas décadas de 1920 e 1930, são destacadas as causas sociais do crime segundo a corrente teórica da Criminologia que predominava no país nesta época em que a escola Positivista do século XIX, marco teórico da Criminologia Moderna, utilizava a “ciência do crime” para explicar as causas do fenômeno criminoso.

De acordo com essa perspectiva, a concepção de crime é influenciada por meio de métodos científicos de investigação e análise, adotada pelos positivistas para classificar os criminosos de acordo com uma biotipologia levando em conta características raciais, físicas e supostamente genéticas como indícios que contribuíam para a formação do estereótipo do criminoso (Pedrosa, 2002; Santos, 2009).

Nesse cenário, caberia ao Estado implementar medidas reformadoras para lidar com o medo dos perigos decorrentes do desequilíbrio social reforçado por tais estereótipos e preconceitos, especialmente contra as camadas de menor poder de consumo da sociedade. Porém, essas reformas, longe de promoverem uma transformação nas relações sociais, reforçaram mecanismos de controle e exclusão, e as instituições prisionais que já apresentavam deficiências operacionais tornaram-se ferramentas de contenção social onde os castigos e punições eram utilizadas para disciplinar os corpos considerados indesejáveis (Pedrosa, 2002).

Diante desta realidade relacionada às prisões de um país recém-ingressado no regime republicano instaurou-se o governo de Getúlio Vargas que, embora tenha promovido algumas

mudanças nos campos trabalhista e econômico, conforme apontado por Fausto (2006), nos sete anos iniciais de mandato enfrentou graves problemas com a superlotação nos presídios. Visando sanar os problemas recorrentes da superlotação o governo implementou políticas voltadas para o sistema de Justiça, que incluíram o processo de modernização do sistema penal e a humanização das penas, cenário no qual Victório Canepa destacou-se como pessoa responsável pela implementação de tais medidas nas instituições prisionais do Estado do Rio de Janeiro.

Entretanto, conforme aponta Cancelli (1994), apesar do grande investimento realizado pelo governo para modernizar o sistema prisional seguindo os critérios internacionais da época, temos, por outro lado, um período marcado pela violação e perda dos direitos políticos, pela vigilância, tortura, censura e prisões ilegais, em que a prisão passou a integrar o espaço adverso às leis constitucionais dominado pelas forças policiais e sujeita ao arbítrio do poder.

Este fato, se dá em consequência das revoltas dos anos 1930, quando Getúlio Vargas ampliou os poderes do chefe de polícia, que passou a coordenar, além dos órgãos de fiscalização e controle, a Guarda Nacional e a Polícia Militar. Essa concentração de autoridade resultou na atuação administrativa e judicial do chefe de polícia, intensificando a já caótica situação carcerária por meio da prática de prisões arbitrárias (Fausto, 2009).

Nesse sentido, as prisões tiveram sua rotina alterada com a coexistência de duas categorias distintas de pessoas presas. A primeira corresponde àquelas que praticaram crimes ou delitos e que foram julgadas e condenadas pela justiça para cumprirem pena de reclusão com privação de liberdade. A segunda categoria trata da população de pessoas presas, vítimas de prisão arbitrária por parte da polícia, resultante do processo ditatorial do regime instituído pelo presidente. E é nesse contexto que a gestão de Victório Canepa nas instituições prisionais do Estado integra esse aparato repressivo.

Victório Canepa e a gestão das principais prisões da capital do Estado

No Rio de Janeiro, no início dos anos 1930, o perfil das instituições prisionais era diverso. Eram divididas em prisões, colônias penais e presídios que passaram por adaptações ao longo do período do governo ditatorial de Vargas visando suprir as necessidades impostas por seu governo.

A 150 km da capital, na Ilha Grande, ficavam localizadas as instituições penais do Lazareto e (CCDR). O Lazareto, em sua origem, foi criado com o propósito de conter epidemias que porventura pudessem chegar ao país em navios. Por ter uma arquitetura que favorecia a vigilância dos internos, na década de 1920 foi transformado em prisão militar (Sukessind, 2014).

De acordo com Santos (2009), durante o governo Vargas, o local passou a ser utilizado como prisão para pessoas em função de ideais políticos. Para lá foram transferidas as pessoas presas participantes da Revolta Constitucionalista de 1932, a fim de ficarem exilados em local afastado da Capital.

Segundo Tavares (2017), foi nessa prisão do Lazareto, que Victório Canepa, natural da cidade de Alegrete, no Rio Grande do Sul, e de formação militar iniciou aos 33 anos, sua carreira no sistema prisional por indicação do presidente Getúlio Vargas exercendo a função de assistente do médico-diretor Hermínio Ouropretano Sardinha. Em 1934, também por indicação presidencial, Canepa foi nomeado para a direção da CCDR, também na Ilha Grande, marco do início de uma série de reformas estruturais que viriam a acontecer no sistema penitenciário brasileiro.

Criada em 1894, na antiga fazenda de mesmo nome, a CCDR foi concebida com o propósito de atender a uma demanda estipulada no Código Penal da República de 1890, que previa a reabilitação de pessoas reincidentes em pequenas infrações ou contravenções por meio do trabalho agrícola. Desde os seus primeiros anos de funcionamento, a Colônia enfrentou, para além do problema da superlotação herdado do período imperial, sérios problemas estruturais e de má administração. Um exemplo citado por Cancelli (1994), ocorreu em 1935, durante a gestão de Victório Canepa, quando chuvas torrenciais atingiram a Ilha Grande causando danos significativos comprometendo a estrutura de alguns dos edifícios da

instituição prisional.

Para as obras de recuperação das instalações danificadas em decorrência das chuvas, Pedroso (2002) revela que foi providenciada a transferência de um contingente de pessoas das prisões do Rio de Janeiro para a Ilha Grande afim de trabalhar sem remuneração nas obras da Colônia Correcional.

Nesse sentido, Santos (2009, p. 233) complementa que, mesmo após a conclusão das obras, a mão de obra da pessoa presa continuou sendo utilizada pelo diretor no projeto de construção da Colônia Penal Agrícola da Ilha Grande, uma penitenciária a ser destinada para acomodação dos sentenciados de bom comportamento. De acordo com a socióloga, para a realização dessa obra, foram transferidos das prisões da capital 225 homens “mesmo doentes e sem condições de suportar a viagem”.

Ainda de acordo com Santos (2009), a continuidade do aproveitamento dos corpos das pessoas presas na utilização da mão de obra e do trabalho forçado em novas construções na Colônia, por parte de Victório Canepa, era legitimada pelos discursos morais e científicos da época. Essa prática recaía principalmente sobre corpos negros e pobres, associados à criminalidade pela ótica da ciência positivista que os classificava como naturalmente propensos ao crime e, portanto, como alvos das políticas punitivas e de exploração.

Paralelamente, a transferência para a Ilha Grande das pessoas acusadas de serem comunistas provenientes de outras prisões do Estado levou a convivência inédita entre estas distintas categorias de pessoas presas. Este fato, que se tornou recorrente no sistema prisional contribuiu para que a CCDF ficasse ainda mais abarrotada de pessoas presas agravando significativamente o problema já existente de superlotação resultando na criação de ambientes ainda mais degradantes (Santos, 2009).

No final da década de 1930 e com maior experiência em administração de prisões, e por indicação do presidente, Victório Canepa é transferido para o Rio de Janeiro, onde em 24 de novembro de 1937, passou a ocupar a direção da Casa de Correção do Distrito Federal, período em que a orientação das escolas positivistas do passado estava se tornando obsoleta no país. A partir de então, a Casa de Correção da capital federal passa por um processo de transformação, modernização e reformulação do tratamento penitenciário com o objetivo de adaptá-la aos novos tempos, segundo o plano de governo do presidente Vargas (Andrade, 2011).

Inaugurada em 1850, essa instituição prisional, originalmente denominada Casa de Correção da Corte, localizada na região central da cidade, foi a primeira penitenciária do Brasil concebida com a proposta de cumprimento de pena em regime celular associado ao trabalho tendo por inspiração o modelo Panóptico concebido por Jeremy Bentham que utilizava mecanismos de ordem psicológica e disciplinar em projeto arquitetônico tendo por base a vigilância constante sem que as pessoas que cumpriam pena soubessem quando estavam sendo observados (Motta, 2011).

Em 1856, a Casa de Correção passa a abrigar em seu espaço a Casa de Detenção da Corte, uma prisão destinada à custódia das pessoas em caráter preventivo onde cumpriam pena os condenados à prisão simples, galés e os escravos, consolidando-se, a partir de então, como parte da principal prisão do Império (Motta, 2011).

Com a instauração da República a antiga Casa de Correção do Império passa a ser nomeada de Casa de Correção do Distrito Federal, e em 24 de dezembro de 1941, por meio do Decreto nº 3.971, a Casa de Correção recebe a denominação de Penitenciária Central do Distrito Federal. Nesse período, Victório Canepa já atuava como diretor da instituição, embora sua nomeação para a direção da PCDF só tenha ocorrido no ano de 1944, quando a partir de então, consolidou-se como renomado penitenciário, responsável pela implantação de um modelo de gestão prisional mais moderno e humanitário voltado à recuperação da pessoa presa por meio do trabalho (Tavares, 2017).

Para atingir esse objetivo, obras de reforma foram realizadas na instituição prisional segundo uma concepção arquitetônica idealizada pelo próprio Canepa visando exercer influência positiva sobre as pessoas condenadas pela justiça. Essa perspectiva se tornou tema de artigo intitulado “A Influência da Arquitetura”, publicado na edição nº 3 da revista *A Estrêla* de 1951. Além disso, conforme apontado por Tavares (2017), o diretor também

contribuiu, em parceria com o arquiteto Luiz Hildebrando Horta Barbosa, no projeto arquitetônico da Penitenciária das Mulheres de Bangu.

A Penitenciária de Mulheres, também criada por meio do decreto 3.971, de 24 de dezembro de 1941, foi inaugurada em 1942 no distrito de Bangu, a 42 km da capital como um anexo da PCDF com a finalidade de ser uma instituição exclusivamente feminina. Como diretor da principal prisão do Estado, Victório Canepa também ficou encarregado da gestão da penitenciária feminina e, embora não atuasse diretamente no local, é considerado, segundo Tavares (2017), o seu primeiro diretor.

A planta do novo estabelecimento prisional, de acordo com as instruções encontradas no *Arquivos Penitenciários do Brasil*, mencionadas no trabalho de Andrade (2011, p. 257), deveria conter, além dos espaços destinados à administração do prédio, “espaço para abrigar no mínimo sessenta condenadas [...], refeitório comum, dormitórios, espaço para abrigar crianças e suas mães processadas, espaço para realização de exercícios físicos, capela, cozinha, salas de oficinas para costura, bordado, [...]”. Ainda segundo o documento, o projeto também deveria ser concebido sem grandes muros, conter menos grades e espaços mais limpos a fim de favorecer a recuperação das mulheres que cumpriram pena no local oferecendo desta forma, uma configuração menos repressora.

A Irmandade Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor D’Angers foi a instituição escolhida para efetivar o trabalho junto às mulheres presas realizado sob forte influência da religião católica. Tinha como foco a disciplina, o asseio, o respeito e a valorização da família, aprendizado dos afazeres domésticos, discrição e serenidade dentre outros atributos. No entanto, apesar da amplitude de suas atribuições, a atuação das irmãs se restringia a um papel secundário no serviço penitenciário, já que cabia ao diretor da PCDF as decisões disciplinares mais relevantes, que incluíam autorizações para saídas do presídio e outras questões relacionadas ao cotidiano prisional (Andrade, 2011).

Tavares (2017, p. 66) aponta que as instalações da Penitenciária de Mulheres de Bangu eram utilizadas para práticas de encontros junto à comunidade com a participação de pessoas livres, sendo por isso considerada uma “penitenciária de portas abertas para a sociedade”, um exemplo de instituição modelo que recebia visitas de médicos, juizes, secretários de estado, professores universitários, estudantes do curso de direito, representantes de associações militares, dentre outros.

Dentre os visitantes ilustres, destacamos o criminólogo Negley K. Teeterts, professor de Sociologia e Criminologia da Temple University, da Philadelphia, que esteve no país em 1951 para visita à PCDF e à Penitenciária de Mulheres de Bangu. Teeterts tornou-se amigo de Canepa escrevendo sobre o diretor no livro intitulado *Penalogy from Panama to Cape Horn*, que tem por temática as prisões da América do Sul. Nessa publicação, o criminólogo reconhece as iniciativas e melhorias realizadas por Canepa na prisão feminina, o que também fez com que a Penitenciária das Mulheres se tornasse referência internacional sob a liderança do gestor (Sobrinho, 2013, Tavares, 2017).

Entretanto, a repressão também foi utilizada no presídio feminino durante a gestão de Canepa como reforço de punição para questões disciplinares reiterando um sistema de controle rígido e violento, imposto pelo diretor nas prisões em que atuou.

De acordo com as pesquisadoras Tavares (2017, p. 118) e Andrade (2011, p. 120), celas denominadas “surdas” eram utilizadas na Penitenciária Feminina pelas freiras para isolar as sentenciadas consideradas rebeldes, que eram obrigadas a ficar trancafiadas no local sem luz nem sol em total isolamento por vários dias. As autoras complementam que, no ano de 1953, foram construídas 10 surdas no presídio de Bangu para uma proporção de 120 mulheres. Além disso, para essa instituição foram enviadas mulheres consideradas inimigas do Estado presas arbitrariamente durante o Estado Novo.

Em 1952, Victório Canepa criou a Associação Brasileira de Prisões a fim de auxiliar gestores em suas funções na gestão dos presídios de outros estados. No ano seguinte, Canepa representou o país no *Seminário Latino-Americano sobre prevenção e delito no tratamento do delinquente* organizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e sediado no Brasil (Tavares, 2017).

No entanto, o fim do governo Vargas em 1954, e a eleição de Juscelino Kubitchek em

1955, marcaram uma mudança nos rumos da política que afetou diretamente a carreira do gestor no país. Durante a análise das obras do acervo do diretor, foi encontrada correspondência de Teeters à uma carta enviada por Caneppea. Na carta Teeters lamenta o afastamento de Caneppea de suas funções e menciona a intenção de conversar como uma pessoa de nome Manoel Lopes sobre uma possível vaga para Caneppea no setor de criminologia da ONU, sugerindo uma possível oportunidade de trabalho em Genebra a partir de uma intervenção pessoal do criminólogo e amigo (Peron, 2025).

O Acervo

Atualmente, o acervo de Victório Caneppea encontra-se armazenado no guarda-livros na Biblioteca do MPERJ/SEAP cujos itens passaram por etapa inicial de processamento técnico, correspondente à fase de inventário do acervo. Cabe destacar que esse trabalho vem sendo realizado no âmbito de um projeto voltado à preservação da memória do Sistema Penitenciário, desenvolvido em parceria entre a *Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)*, por meio do *Laboratório de Práticas Sociais e Pesquisas sobre Violência (LPSPV)*, vinculado ao PPGMS, em colaboração com a *Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)*.

O acervo de Victório Caneppea é composto por aproximadamente 500 itens divididos em 233 obras bibliográficas com temática abrangente incluindo desde romances e biografias a obras de diferentes campos do conhecimento. Destacam-se as publicações escritas por autores brasileiros do campo do Direito e da Criminologia, como as do penitenciário e criminólogo Lemos Britto; do promotor e jurista brasileiro, Roberto Lyra e Nelson Hungria, reconhecidos como os mais importantes penalistas do país, que ainda contemplaram o diretor com dedicatórias refletindo a amizade e a admiração pelo trabalho de Caneppea revelando aspectos significativos do círculo de contatos no qual o gestor estava inserido.

A coleção também inclui um acervo imagético composto por 10 álbuns de fotografias com um total de 264 fotos, com maioria em P&B correspondentes aos anos de 1940 à 1953, contendo imagens de Caneppea ao lado de personalidades da política como a do então Ministro da Justiça e Negócios de Interiores Francisco Negrão de Lima. As imagens retratam ainda eventos promovidos pela PCDF, a participação do gestor em viagens, congressos e visitas feitas a presídios no exterior e obras de melhoria nas instituições prisionais do Rio de Janeiro.

O acervo também conta com uma coleção de periódicos entre os quais destacam-se os volumes I, II e III/IV, contendo as edições da *Revista A Estrêla: Órgão da Penitenciária Central do Distrito Federal*, referentes aos anos de 1951 a 1953/1954, respectivamente, que integram o corpus desta pesquisa.

Idealizada e editada pelo próprio Victório Caneppea, a revista foi utilizada como meio de divulgação de ideias do discurso humanizador das penas, das práticas trabalhistas, políticas, educativas e comportamentais por ele implementadas no Sistema Prisional Brasileiro entre as décadas de 1940 e 1950. Além de promover estas iniciativas, a publicação tinha também o propósito de consolidar sua imagem como gestor e legitimar as políticas prisionais adotadas durante o governo de Getúlio Vargas.

Devido à riqueza de seu conteúdo, *A Estrêla* tem sido utilizada como fonte de estudos por acadêmicos de diversas áreas interessados em pesquisa com temática sobre o sistema prisional no Brasil, como por exemplo as Teses de Doutorado de Tavares (2017), Andrade, (2011) e a Dissertação de Mestrado de Sobrinho (2013), das áreas da Educação, Filosofia e História, respectivamente. Este trabalho, resultado de Dissertação desenvolvida no âmbito da Memória Social, também se insere nesse campo de estudos ao utilizar o periódico como uma das principais fontes para a análise das disputas de memória no sistema penitenciário brasileiro.

A coleção de Caneppea também inclui outras categorias documentais como coletâneas de leis, regulamentos internos, anais de eventos, monografias, estatísticas prisionais, mapas, ilustrações, relatórios e outros itens. Cabe ressaltar que todos foram encadernados de forma padronizada utilizando capas de couro ou tecido nas cores vermelha ou verde confeccionadas

nas oficinas de encadernação da Casa de Correção e da PCDF pelas pessoas que cumpriram pena com trabalho nas citadas instituições.

A revista *A Estrêla* e a memória oficial do sistema penitenciário brasileiro.

O periódico *A Estrêla*, criado e editado pelo próprio Victório Canepa, teve um papel fundamental na construção da memória oficial do sistema penitenciário durante o governo de Getúlio Vargas. Utilizando a comunicação institucional, a revista foi um instrumento utilizado por Canepa para reforçar narrativas alinhadas aos valores e diretrizes do regime do governo ao mesmo tempo em que legitimava suas ações à frente da gestão do sistema penitenciário da Capital projetando uma imagem de eficiência e humanização, mesmo em um contexto repleto de contradições.

Nesse sentido, para compreender a construção da identidade de Canepa, recorremos ao estudo do sociólogo Michael Pollack (1992), que compreende a identidade social como um processo de construção, que tem por base a imagem que uma pessoa constrói e apresenta aos outros e a si própria, como uma representação da maneira que deseja ser vista pelos outros, tratando-se portanto, de um mecanismo por meio do qual os sujeitos selecionam, organizam e silenciam experiências com base em seus interesses sendo, por esse motivo, fundamental para compreender como o gestor buscou moldar uma imagem idealizada a respeito de si mesmo a partir do conteúdo publicado na revista *A Estrêla*.

No que diz respeito à construção da memória institucional ou oficial do sistema penitenciário relativo à gestão de Canepa, ainda citando Pollack (1989), temos que a memória dominante ou nacional é elaborada por instituições ou grupos hegemônicos por meio de um intenso trabalho de organização narrativa a partir de uma versão coerente e seletiva dos acontecimentos, e também por meio da ocultação e silenciamento de vozes dissidentes e experiências que contradizem a versão tida como oficial dos fatos apresentados.

Nesse sentido, a revista *A Estrêla* pode ser compreendida como um instrumento da produção da memória oficial por construir uma narrativa coerente, positiva e baseada em certos fatos relativos à gestão de Victório Canepa a partir da divulgação das políticas implantadas pelo diretor na PCDF retratada na revista como inovadora e humanitária, alinhada às diretrizes internacionais de reforma e humanização, em consonância com os ideais de modernização defendidos pelo presidente Vargas.

Publicado inicialmente em formato de jornal, o periódico circulou entre os anos de 1944 e 1945, sendo sua publicação interrompida entre 1946 e 1950, em razão do fim do Estado Novo e da saída do diretor da administração prisional. Porém, com o retorno de Vargas ao poder em 1950, eleito sob voto popular, Victório Canepa reassume seu antigo cargo, e *A Estrêla* volta a circular no formato de revista (Tavares, 2017).

A motivação para a criação do periódico foi descrita na edição nº 3, de junho de 1951, onde está destacado que *A Estrêla* fora concebida pelo gestor como um periódico de circulação mensal com o objetivo de acolher e defender os interesses e aspirações das pessoas que cumpriam pena na PCDF.

Quanto à escolha do nome para o periódico institucional, a explicação foi revelada na edição nº 4 de julho e agosto de 1951, sob o título “A Estrêla”. Segundo a matéria, o nome da revista seria uma referência ao emblema utilizado nos uniformes das pessoas que cumpriam pena tanto na PCDF, quanto do presídio feminino. De acordo com Andrade (2011, p.40), o símbolo de uma estrela colorida presente nos uniformes na verdade se tratava de um sistema de classificação de comportamento categorizado como “ótimo”, “bom” ou “regular”, funcionando, dessa forma, como um estímulo à melhoria da conduta das pessoas que cumpriam pena.

Porém, baseado em Foucault (2014), podemos entender que essa distinção visual implantada no presídio reforçava os mecanismos de controle disciplinar das pessoas presas buscando incentivar a docilidade e a obediência, uma vez que quanto mais submissos, padronizados e dóceis, melhor seriam considerados os comportamentos, alinhando-se, portanto, à lógica do poder corretivo presente nas instituições prisionais do período.

Sobrinho (2013) destaca as diferentes perspectivas adotadas ao longo da publicação

de *A Estrêla*. De acordo com a pesquisadora, na fase inicial (1944-1945), correspondente ao formato de jornal, as políticas de humanização das penas são apresentadas por Canepa como uma proposta inovadora; na segunda fase, já em formato de revista (1951-1954), os conteúdos das matérias relatam a implementação dessas políticas no sistema penitenciário; por fim, na terceira e última fase (1954-1955?), a pesquisadora observa uma abordagem mais reflexiva com publicações que refletem a aplicação dessas medidas conforme exemplificado em artigo assinado por Lemos Brito publicado nas Edições 40 a 46 de agosto à fevereiro de 1954-55 sem, no entanto, mencionar o nome de Victório Canepa.

A investigação nos títulos dos sumários das edições pertencentes ao acervo publicadas entre 1951 a 1954 evidenciou seções organizadas da seguinte forma: i) editorial onde Victório Canepa apresentava seu ponto de vista sobre a temática escolhida nas respectivas edições da revista; ii) espaço dedicado a homenagens e biografias, literatura e comunicações; iii) seções para artigos sobre o sistema prisional e ciência penitenciária; iv) assuntos administrativos e passatempos, porém não necessariamente nessa ordem.

As homenagens e notas biográficas estão presentes em todas as edições da revista. A primeira delas aparece na edição de número um e foi dedicada a Getúlio Vargas em razão de seu retorno à presidência da República no início da década de 1950. Também encontramos homenagens aos Ministros Francisco Negrão de Lima e Tancredo Neves, ao chefe de polícia Filinto Müller a quem Canepa era subordinado, a militares, juristas e penitenciaristas de renome nacional como Roberto Lyra, Lemos Britto, e internacional voltado a autoridades de países da América do Sul, Europa e Estados Unidos. Colaboradores e outras pessoas ligadas ao sistema prisional como juizes, advogados, policiais e funcionários completam a lista de homenageados de *A Estrêla*.

A revista também era utilizada para a divulgação dos eventos e festividades nas instalações na PCDF que contavam com a participação das pessoas presas como, por exemplo, o *Dia do Índio*, o *Dia do Encarcerado*, *Festa Junina*, *Festa no Presídio*, *Festa da Alvorada*, *Natal na Penitenciária*, *Campeonato Brasileiro na Penitenciária*, *Festa na Penitenciária das Mulheres*, etc., atividades estas, segundo o gestor, voltadas à recuperação da pessoa presa.

Contudo, Tavares (2017) observa que a forma de como se dava a participação das pessoas privadas de liberdade nessas atividades festivas cuja participação era obrigatória não era considerada, fato que gerava certa resistência no envolvimento de determinados projetos por parte de algumas das pessoas que cumpriam pena. Nesse sentido, de acordo com a pesquisadora, para garantir a participação dos sentenciados, Canepa recorria a incentivos como regalias ou benefícios para aqueles que aceitassem participar dos ensaios e apresentações.

Todas essas e outras ações implementadas por Victório Canepa divulgadas no periódico *A Estrêla* visavam reforçar o discurso oficial do sistema prisional a partir do uso de estratégias baseadas em normas, regras, símbolos e discursos, no intuito de apresentar a instituição prisional como um espaço promotor de reabilitação, justiça, e educação, para que fossem vistas como positivas, mesmo que na prática, existissem contradições como condições precárias e condutas desumanas para com as pessoas presas.

Neste sentido, o historiador francês Jacques Le Goff (1990) dá destaque ao caráter construído e intencional dos documentos históricos, ao enfatizar que o conteúdo dos documentos não diz respeito a simples registros neutros do passado, mas se tratam de produtos resultantes das circunstâncias, da história e dos valores e interesses da sociedade que os produziu e daqueles que os manipularam nas gerações posteriores. Para Le Goff (1990), os documentos não apenas preservam informações, mas carregam as marcas das disputas simbólicas de seu tempo, corroborando para o fato de que os periódicos analisados além de se tratarem de fontes de informação, também são construções intencionais de memória que expressam os interesses, tensões e contradições de sua época.

Também a este respeito, a psicanalista Jô Gondar (2016), em uma de suas proposições acerca da Memória Social esclarece que o esquecimento é uma escolha feita a partir de determinada perspectiva. No caso das instituições públicas, essa escolha reflete uma estratégia de manutenção de valores e interesses de determinada ordem social já pré-

estabelecida.

Nesse sentido, depreende-se que os periódicos também atuam como dispositivos de poder revelando tanto os fatos que se pretende lembrar quanto o que se quer esquecer, de forma que a memória constitui-se como campo de disputas simbólicas e políticas, no qual a seleção e o apagamento de certos fatos atendem a projetos voltados a sustentação de determinadas narrativas.

As memórias subterrâneas do sistema prisional durante a gestão de Caneppe a partir das vozes de oposição.

Para tratar do tema relacionado às memórias subterrâneas durante o período em que Victório Caneppe esteve à frente da gestão dos presídios do Rio de Janeiro, recorreremos ao estudo de Pollack (1989, p.8), que define estas memórias como

[...] a fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil denominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor.

Assim, as memórias subterrâneas, segundo o sociólogo, dizem respeito às memórias relacionadas às culturas minoritárias e dominadas que se opõem à memória oficial nacional, apresentando, por este motivo, outras perspectivas acerca dos mesmos acontecimentos. Elas resistem à imposição da memória oficial por preservarem as vivências e interpretações do passado evidenciando as contradições, injustiças e silenciamentos, desafiando, assim, a narrativa dominante ao trazer à luz expressões deliberadamente ignoradas, possibilitando novas leituras sobre os acontecimentos históricos por questionarem as relações de poder.

Neste trabalho, elas referem-se a experiências, emoções e traumas vividos pelos grupos minoritários do sistema prisional, cujas narrativas foram silenciadas ou marginalizadas e excluídas da história oficial do período, mas que, por outro lado, são fundamentais para a compreensão das experiências de resistência e das dinâmicas de poder em sociedades marcadas por regimes repressivos.

Nesse sentido, Halbwachs (1990) aponta que as memórias de eventos passados que não pertençam a domínios de grupos que não mais existem e cujos pensamentos e memórias tenham se desvanecido podem vir a ser compreendidas a partir de vestígios existentes em diferentes tipos de fontes como textos oficiais, jornais da época e nas memórias de pessoas que vivenciaram tais acontecimentos.

Ainda segundo o sociólogo francês, tais vestígios indexicalizam não apenas os fatos, mas também os valores e discursos que os moldaram, desempenhando importante papel na formação da memória coletiva por selecionar, elaborar e transmitir informações que tendem a refletir os interesses e tensões de diferentes grupos referentes ao contexto histórico em que foram produzidos

Dessa forma o passado, pode vir a ser compreendido a partir destas fontes de informação que carregam suas próprias marcas de subjetividade, contexto e seletividade, demonstrando que a memória coletiva depende da articulação entre registros individuais e coletivos para que possa existir e ser transmitida (Halbwachs, 1990).

Assim, para trazer à tona algumas dessas memórias, recorreremos primeiramente ao conteúdo das obras publicadas pelos próprios autores, parentes e/ou amigos próximos daqueles que foram arbitrariamente capturados pela Polícia Especial acusados de haverem cometido crimes de caráter político e que, por esse motivo, vivenciaram experiências traumáticas nos porões dos presídios do Estado sob a gestão de Victório Caneppe.

Na obra *Memórias do Cárcere*, de Graciliano Ramos (1972), encontramos o testemunho do narrador acerca das condições degradantes e do cotidiano destas prisões durante o período em que o escritor esteve na CCDR transferido do Rio de Janeiro para o

local em 1936.

Um dos trechos da obra Ramos (1972, p.65) trata da recepção dada ao grupo de pessoas presas transferidas do Rio de Janeiro ao chegarem na Ilha Grande. Segundo o relato do autor, ao chegarem na Colônia, foram recebidos por um funcionário da instituição, que declarou aos recém-chegados: “Aqui não há direito. Escutem. Nenhum direito. [...]. Vocês não vêm corrigir-se, estão ouvindo? Não vêm corrigir-se, vem morrer”. Esse episódio narrado por Ramos (1972) ilustra as condições brutais e desumanas a serem enfrentadas pelas pessoas presas por motivos políticos na CCDR, evidenciando o caráter punitivo e repressivo desta instituição prisional durante a gestão de Victório Caneppa.

Outros testemunhos sobre experiências vivenciadas naquele período também podem ser encontrados nas publicações de cunho biográfico escritas por Basbaum (1976) Bezerra (1980); Lessa (1932, 1933); e Lima (1982) que em suas narrativas também trazem à tona memórias respeito de suas respectivas vivências nas instituições prisionais do Estado marcadas pela tortura, repressão e silenciamento.

Célia Regina Pedrosa (2002, p. 199) aprofunda o tema ao descrever em seu livro as torturas infligidas aos prisioneiros políticos na Ilha Grande, durante o período em que Victório Caneppa atuou como gestor da CCDR. A autora detalha os métodos de tortura aplicados, expondo a brutalidade e o desrespeito à vida humana que prevalecia na instituição como:

“arrancamento das unhas; queima da sola dos pés e das nádegas com maçarico; cadeira americana, onde a pessoa presa era obrigada a sentar- que continha uma mola oculta que o jogava a vários metros de distância de encontro à parede; máscara de couro, que não continha superfície pela qual a pessoa pudesse respirar, asfixiando-o [...]”.

Estas e outras práticas descritas por Pedrosa (2002), revelam a brutalidade e a falta de respeito pelos direitos civis demonstrando que durante o governo Vargas métodos extremos de violência eram utilizados nas prisões do Estado que detinha o poder de vida e morte contra esta categoria de pessoas presas, sem que tivessem qualquer chance de defesa.

Práticas de humilhação, violência e tortura também eram infringidas às pessoas transferidas para o local afim de cumprirem pena por determinação judicial. Nesse sentido, Santos (2009) descreve práticas de violência relativas ao período em que Caneppa atuava na Colônia Penal Cândido Mendes no antigo Lazareto ao lado do médico Hermínio Ouropretano Sardinha a partir de duas reportagens publicadas no jornal *O Globo* que, na época, fazia oposição ao governo de Getúlio Vargas que foram fundamentais para dar visibilidade ao que ocorria nessa instituição prisional quanto às condições degradantes e ao tratamento cruel imposto as pessoas que cumpriam pena Ilha Grande.

A primeira delas, publicada na edição de 4 de abril de 1934, sob o título *“Ilha da Maldição: Ao som de uma marcha, cinco presidiários, os troncos despídos são vergastados, em presença dos administradores da prisão”* contendo o subtítulo *Um cão protesta contra o suplício dos homens e morre, varado a bala – centenas de correccionais, empilhados nas janelas gradeadas assistem ao martírio dos companheiros*, relata o espancamento de cinco pessoas que cumpriam pena por parte dos guardas da CCDR. A reportagem foi publicada acompanhada de fotografias da Casa Correcional e do chicote denominado “camarão” utilizado pelos guardas nos castigos físicos das pessoas presas. O segundo artigo, de 6 de abril de 1934, intitulado *A ilha da maldição: almas desnudas de homens e mulheres*, descreveu práticas como o transporte de pessoas que chegavam a Ilha, que após desembarcadas, eram carregadas em liteiras por pessoas presas ressaltando a situação de humilhação a que eram submetidos os condenados a cumprirem pena no local (Santos, 2009, p. 209).

Também no Rio de Janeiro, foram veiculadas denúncias em jornais referentes ao período de gestão de Victório Caneppa nas instituições do Estado apresentando uma imagem totalmente diferente do gestor comprometido em construir um modelo prisional humanitário. Nas denúncias publicadas nos periódicos de oposição ao governo, *Tribuna da Imprensa* e *Imprensa Popular* encontramos o tensionamento do discurso promovido pela revista *A Estréla*

– *Órgão Central da Penitenciária Central do Distrito Federal*, a partir das contradições e violências ocultadas pela memória institucionalizada.

O jornal *Tribuna da Imprensa*, fundado por Carlos Lacerda, teve seu primeiro exemplar publicado em 27 de dezembro de 1949. Esse jornal consolidou-se como um veículo de divulgação de teses antinacionalistas e antipopulares, com o objetivo de eliminar adversários políticos, direcionando suas críticas ao getulismo e às políticas populistas de seu governo. Entretanto, conforme apontado por Mendonça (2002), sua fundação também estava vinculada a interesses políticos e econômicos específicos apoiado por nomes influentes da elite empresarial.

O jornal era composto de variados cadernos de notícias e reportagens sendo os principais deles sobre *Notícias da Cidade*, *Notícias Diversas*, *Vida Sindical e Previdência*, *Produção e Comércio*, *Política*, *Anúncios* e *Esportes*. Entretanto, esta organização inicial dos cadernos passou por alterações ao longo dos anos, em que houve a retirada de determinados cadernos e a inserção de outros como, por exemplo, o caderno de *Páginas Policiais* que é inserido a partir da década de 1950.

Assim, a partir da criação de caderno dedicado às notícias policiais, o jornal de Carlos Lacerda ganha destaque como uma plataforma utilizada pelo jornalista para criticar as políticas e práticas autoritárias do governo Vargas, denunciando, além dos casos de corrupção por parte da polícia, o abuso, a repressão e os maus-tratos infringidos nas prisões do Estado às pessoas presas acusadas de crimes políticos, bem como a negligência envolvendo as pessoas que foram julgadas pela lei e cumpriam pena por seus delitos, evidenciando as contradições entre o discurso de humanização das penas propagado pelo Estado e a realidade de violência institucional no sistema prisional do Rio de Janeiro.

Algumas dessas matérias trazem denúncias sobre práticas adotadas na PCDF, que incluem espancamentos, maus tratos e mortes ocorridas nas celas conhecidas como “surdas” utilizadas como castigo para as pessoas presas que apresentassem comportamento considerado indisciplinado. Também são relatados processos abertos contra o diretor por crimes de injúria, calúnia e difamação, além de reclamações sobre violações das prerrogativas de advogados e proibição de visitas.

Além desses, há registros de casos de intoxicação em massa atribuídos a má qualidade da alimentação fornecida na instituição. Deste rol de denúncias, destaca-se entre outras publicações, o depoimento de Carlos Prestes ao jornal reforçando a violação de direitos observados nestes presídios da capital durante a gestão de Caneppea. Outras denúncias referem-se à Penitenciária de Mulheres, incluindo a ocorrência de uma rebelião motivada pelas condições precárias e pela alimentação inadequada, que se somam a relatos de violência e depravação na unidade prisional feminina.

Entretanto, para além das denúncias, o *Tribuna da Imprensa* também veiculou matérias destacando a atuação institucional do diretor, como por exemplo, sua presença em eventos, entrevistas, premiações e reuniões. Esses temas evidenciam certas contradições em relação ao propósito original do periódico, mas que por outro lado, como apontado Mendonça (2002), devido ao fato ser patrocinado por empresários, o jornal *Tribuna da Imprensa* também tivesse que atender a interesses específicos de seus financiadores.

Um ponto também a ser considerado é que o jornal *Tribuna da Imprensa*, continuou a publicar matérias sobre Victório Caneppea mesmo após o fim do governo Vargas, dando também indícios a respeito da continuidade de suas atividades no país após o período.

O jornal *Imprensa Popular* publicou diversas matérias com denúncias contra Victório Caneppea, adotando uma linha editorial alinhada à luta contra a repressão dirigida à esquerda concentrando-se na situação das pessoas comunistas mantidas presas pelo Estado, com destaque para Luiz Carlos Prestes, membro atuante do Partido Comunista no Brasil (PCB).

Como líder do PCB, Carlos Prestes ficou incumbido da missão de ampliar a conscientização popular a respeito das políticas autoritárias do governo Vargas. Para isso, lançou campanha afim de angariar recursos com o objetivo de constituir uma imprensa legal, denominada “Imprensa Popular” que pudesse ser implantada em diferentes regiões do país onde houvesse estrutura para instalação de oficinas próprias de impressão (Serra, 2007).

No Rio de Janeiro, esse objetivo se concretizou em 1945 com a fundação do jornal

Tribuna Popular que passou a integrar a rede nacional de jornais vinculados à “Imprensa Popular” do PCB. No entanto, após a decretação da ilegalidade do partido em 1947, o Estado decretou o encerramento das atividades do jornal (Serra, 2007).

Brasil (2016) complementa que mesmo com o fechamento da sede do *Tribuna Popular* em decorrência da cassação do registro do PCB, em 1948 foi criado o jornal *Imprensa Popular*. O novo periódico embora mantivesse afinidade temática com antecessor passou por reformulações editoriais buscando alinhar-se às novas diretrizes do partido, que mesmo no contexto repressivo do Estado Novo, procurava expressar em suas páginas os posicionamentos e objetivos do PCB sem, entretanto, declarar explicitamente qualquer vínculo com o partido comunista.

Dentre as principais campanhas defendidas pelo *Imprensa Popular*, destaca-se o apoio incondicional a Luiz Carlos Prestes, que também assinava notas do PCB geralmente com chamadas na primeira página, dando destaque às notícias sobre denúncias a respeito das condições em que eram tratadas as pessoas presas tanto na PCDF, quanto no Presídio das Mulheres de Bangu, sobretudo àquelas ligadas ao Partido Comunista.

O formato visual da 1ª página dava destaque para manchetes, e matérias acompanhadas de fotografias e ilustrações, visando atrair a atenção do público leitor formado em sua maioria por operários, reforçando assim o impacto das notícias, de forma que no contexto de repressão política, o periódico passou a desempenhar um papel ainda mais relevante ao publicar matérias acerca das arbitrariedades cometidas pelo governo relacionando o nome de Victório Caneppea a denúncias de abusos de autoridade contra soldados e tortura de pessoas presas por motivos políticos que eram veiculadas em diferentes cadernos e colunas.

Assim, notícias sobre abusos de autoridade, torturas, acusações, críticas, denúncias e prisões arbitrárias, incomunicabilidade de pessoas presas políticas, protestos, atentados, negativas de tratamento de saúde e cirurgias, privação de remédios, perversões sexuais, tráfico de entorpecentes foram publicadas no periódico entre os anos de 1951 e 1957, com destaque para as reportagens sobre o período de prisão de Carlos Prestes.

O tratamento dispensado ao líder do PCB nas instituições do Estado publicadas pelo jornal contém narrativas que dialogam tanto com as memórias registradas na obra biográfica de Anita Leocádia Prestes, referentes ao período em que seu pai esteve na prisão, quanto nas outras obras escritas pelas pesquisadoras Pedroso (2002), Cancelli (2004) e Santos (2017).

Um desses exemplos é um dos trechos da obra de Prestes (2016), que descreve a instalação preparada pelo Estado para receber Carlos Prestes quando da sua prisão em 1937, ainda no período em que a instituição ainda era dirigida por Carlos Lassance, que pouco depois fora afastado de suas funções, tendo assumido em seu lugar Victório Caneppea:

“Na Casa de Correção havia um edifício circular, com 24 cubículos voltados para o centro, onde ficavam quatro banheiros. Macedo Soares mandou levantar uma muralha de oito metros de altura em torno deste local, isolando a área do resto da prisão. Aí construiu duas celas: uma para Prestes, outra para Berger. Havia uma portinha de ferro, onde ficavam dois guardas: um do lado de dentro do muro e outro do lado de fora, vigiando o primeiro. Os guardas eram proibidos de falar com os prisioneiros. Quando Berger chegou, já havia enlouquecido e gritava a noite inteira (Prestes, 2016, p. 242).

Nesse sentido, Tavares (2017) aponta que a nomeação dada a Victório Caneppea para o cargo de diretor da Casa de Correção, feita diretamente por Getúlio Vargas, teria como principal objetivo a vigilância de Luiz Carlos Prestes, fato que vai ao encontro da obra de Prestes (2016), acerca da biografia de seu pai.

A prisioneira política Jean Sarkis, cujo nome verdadeiro era Jean Serse Salomão Coelho, também ganhou destaque no jornal *Imprensa Popular* que veiculou reportagens denunciando as condições extremas de encarceramento e risco de morte a que Sarkis foi submetida na prisão em razão da negativa de Victório Caneppea em autorizar tratamento

médico adequado. O fato ter sobrevivido às condições extremas na prisão impostas pelo diretor contribuiu para que Sarkis fosse reconhecida popularmente como uma heroína do PCB (Tavares, 2022).

Porém, pesquisas recentes realizadas pelo historiador Marcus Bretas no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, revelaram que, na verdade, Sarkis era espiã infiltrada no Partido Comunista, e a fim de dar autenticidade à operação, permaneceu presa por dois anos, sendo fichada como comunista no Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), tendo sido, inclusive condenada à prisão pelo Estado (Pacheco, 2016).

Neste contexto, Tavares (2016) sinaliza que não se sabe se Victório Caneppea tinha ou não conhecimento de que Sarkis atuava como espiã no PCB, fato que lança novas luzes sobre as memórias associadas ao período, revelando a complexidade das narrativas construídas em torno do gestor.

As matérias publicadas por ambos os jornais não apenas expõem as contradições entre os discursos institucional e as práticas adotadas nas prisões sob a direção de Caneppea, como também evidenciam as diferentes camadas que envolvem a trajetória do diretor tornando indispensável a leitura crítica das memórias construídas sobre sua atuação no sistema prisional da Capital.

Considerações Finais

O objetivo desse artigo foi investigar a formação da memória oficial e as memórias subterrâneas do sistema penitenciário brasileiro, contextualizando as políticas adotadas pelo governo Vargas desde o período do Governo Provisório, até o fim de sua gestão nos anos 1950, com foco sobre as práticas prisionais e a atuação de Victório Caneppea, destacando narrativas esquecidas, marginalizadas ou omitidas, tanto sobre o diretor quanto sobre as pessoas que cumpriram pena nos espaços das instituições prisionais onde foi gestor.

A nossa análise utilizou como fontes principais matérias publicadas nos periódicos *A Estrêla: Órgão da Penitenciária Central do Distrito Federal*, fonte oficial do governo, e os jornais de oposição, *Imprensa Popular* e *Tribuna da Imprensa*. Os resultados obtidos evidenciam não apenas o contraste entre as memórias oficiais e subterrâneas, mas também a complexidade das relações de poder, controle e resistência presentes no sistema prisional da época, contribuindo para uma compreensão mais ampla das contradições e tensões que marcaram esse período histórico.

No contexto do sistema prisional, as mudanças empreendidas por Vargas implementadas por meio da nomeação de Victório Caneppea, encarregado de executar políticas que incluíam a reforma e modernização das instituições carcerárias do Estado, priorizavam a exploração intensiva da mão de obra das pessoas presas, muitas vezes gratuita ou de baixo custo, sob a justificativa de reeducação, disciplina e controle, ao mesmo tempo em que os inseria no projeto de modernização e crescimento do país defendido pelo governo, visando atender aos interesses do Estado.

Por outro lado, conforme revelado pela bibliografia estudada, a nomeação de Victório Caneppea estaria também associada a um rígido sistema de controle e vigilância, especialmente direcionado às pessoas presas por motivos políticos. Essas pessoas presas arbitrariamente pelo Estado, além de enfrentarem privações em ambientes insalubres, dividiram as celas já superlotadas com pessoas presas condenadas pela justiça comum.

Os estudo e a análise dos três volumes encadernados da revista *A Estrêla*, possibilitaram a compreensão da formação da memória oficial deste sistema e a do próprio Victório Caneppea, segundo os quais observa-se a intenção do gestor em construir uma imagem pública de si e uma identidade profissional, utilizando, para isso, a comunicação institucional visando construir e reforçar narrativas favoráveis a seu respeito alinhadas às políticas do Governo Vargas.

No entanto, essas memórias oficiais, quando confrontadas com outros registros produzidos por pessoas presas por motivos políticos, que mesmo sem o reconhecimento do Estado sobreviveram por meio das biografias publicadas anos após a libertação dos sobreviventes, ou em alguns casos, postumamente por familiares e amigos, apresentam

narrativas distintas e conflitantes com a versão institucionalizada no periódico *A Estrêla*.

Essas narrativas, somadas às matérias sobre denúncias veiculadas nos jornais de oposição *Tribuna da Imprensa* e *Imprensa Popular*, revelam outros acontecimentos vivenciados por pessoas anônimas para a sociedade que cumpriram pena nos mesmos presídios do Estado sob a gestão de Victório Canepa. Estes relatos trazem à tona a real dinâmica adotada no interior das instituições prisionais do Rio de Janeiro, até então desconhecida da população leiga uma vez que tais espaços eram inacessíveis aos visitantes e à imprensa, e cujas condições eram ocultadas pela revista oficial do governo.

Neste sentido, depreendemos que as diferentes formas de registro estudadas, tanto oficiais quanto as produzidas pela oposição, cada uma orientada por sua própria ideologia, evidenciam como as memórias são construções coletivas, influenciadas pelos interesses e intenções de seus produtores, inseridas em contextos específicos de disputa por sentido de legitimidade.

Embora oficialmente abolida do Brasil como método de investigação e punição desde o período do Império, a tortura continuou a ser praticada pelo poder estatal e durante a gestão de Canepa, este recurso foi utilizado tanto para com as pessoas presas por decisão judicial quanto contra as pessoas acusadas de haverem cometido crimes de caráter político e persiste em diferentes formas até os dias atuais.

Esta pesquisa, ancorada em uma concepção de memória como construção social e coletiva, reconhece que as narrativas do passado não se encerram com o tempo em que os fatos ocorreram, mas ao contrário, continuam a ressoar no presente por meio dos documentos indagando as formas de como lidamos com a justiça os direitos humanos e o reconhecimento das experiências destas memórias marginalizadas do passado.

Referências:

A ESTRÊLA. Rio de Janeiro. Ano I, nº 1, Abril, 1951.

A ESTRÊLA. Rio de Janeiro. Ano I, nº 3, Junho, 1951.

A ESTRÊLA. Rio de Janeiro. Ano I, nº 4, Julho e agosto, 1951.

ANDRADE, Bruna Soares A. B. de. *Entre as leis da ciência, do Estado e de Deus: O surgimento dos presídios femininos no Brasil*. 2011. 317 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-11062012-145419/pt-br.php>. Acesso 31 mar. 2025.

BRASIL, Bruno. Biblioteca Nacional Digital. *Imprensa Popular*. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/imprensa-popular>. Acesso em: 04 jan. 2025.

BRASIL. *Decreto nº 640, de 22 de agosto de 1938*. Cria, no arquipélago de Fernando de Noronha, uma Colônia Agrícola, destinada à concentração e trabalho de indivíduos reputados perigosos à ordem pública, ou suspeitos de atividades extremistas. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-640-22-agosto-1938-350872-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 06 jun. 2024.

BRASIL. *Decreto-lei nº 3.971, de 24 de dezembro de 1941*. Dispõe sobre o cumprimento de penas do Distrito Federal. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3971-24-dezembro-1941-414013-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 maio. 2025.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 11 jul. 2024.

CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia da Era Vargas*. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994. 227 p.

CANCELLI, Elizabeth. Repressão e controle prisional no Brasil: prisões comparadas. In: *História: Questões & Debates*. Curitiba: Editora UFPR, n. 42, 2005. p. 141-156. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/4648>. Acesso em: 18 jun. 2024.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional. In: *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 327-340.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930 – historiografia e história*. 16ª ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1987.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 12. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 42.ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). BN Digital: *Hemeroteca Digital Brasileira*. Imprensa Popular. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=108081&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=239>. Acesso em: 20 jun. 2025.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). BN Digital: *Hemeroteca Digital Brasileira*. Tribuna da Imprensa. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=108081&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=239>. Acesso em: 06 jun. 2025.

GONDAR, Jô. Cinco proposições sobre memória social. In: DODEBEI, V., FARIAS, F.R., GONDAR, J. (org). In: *Revista Morpheus: estudos interdisciplinares em Memória Social*. Rio de Janeiro: Híbrida, 2016. p. 19-40.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Edições Vértice. 1990. 189 p.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

MENDONÇA, Maria Gusmão de. *O demolidor de presidentes*. São Paulo: Códex, 2002.

MOTTA, Manuel Barros da. Crítica da razão punitiva: *O nascimento da prisão no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011. p. 135-238.

PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. 345 p.

PEDROSO, Regina Célia. *Os signos da Opressão: História e violência das prisões brasileiras*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa oficial do Estado, 2002, p.192.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 1989. v. 2, n. 3, p. 3-15.

POLLACK, M. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 1992, p. 200-212.

PACHECO, Thiago da Silva. Gênero e o serviço secreto: as Mulheres na Perspectiva da Polícia Política Durante o Estado Novo e a República de 1946. In: *Revista Cantareira – Ed.* 24, jan – jun, 2016. P. 149-161. Disponível em:

<https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/27854>. Acesso em: 06 jan. 2025.

PERON, Valéria Bernini. *Memórias e silêncios: vozes ocultas no sistema prisional da Era Vargas sob a gestão de Victório Caneppe nos periódicos Revista a Estrêla, Tribuna da Imprensa e Imprensa Popular*. 2025. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2025.

PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes [recurso eletrônico]: um comunista brasileiro*. São Paulo: Boitempo, 2016. 765 p.

RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. 9ª ed. São Paulo: Livraria Martins Editora. 1976. v.2. 308 p.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Lazareto da Ilha Grande: isolamento, aprisionamento e vigilância nas áreas de saúde e política (1884-1942). In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.14, n.4, out.-dez. 2007. p.1173-1196.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Os porões da República: a barbárie nas prisões da Ilha Grande 1894-1945*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SERRA, Sônia. Jornalismo Político dos Comunistas no Brasil: diretrizes e experiências da "Imprensa Popular". In: *II Compolítica - Congresso da Associação Brasileira dos Pesquisadores de Comunicação e Política*, 2007, Belo Horizonte. II Compolítica, 2007. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br>. Acesso em 06 jan. 2025.

SOBRINHO, Patrícia Cerqueira. *A Penitenciária Central do Distrito Federal através da Revista A Estrela 1945-1955*. 2013. 190 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2013. Disponível em: <https://www.ppghsuerj.pro.br/programa-de-pos-graduacao-em-historia-social/dissertacoes-defendidas-e-alunos-egressos/>. Acesso em 02.jun.2024.

SÜSSEKIND, Elizabeth. *Estratégias de sobrevivência e de convivência nas prisões do Rio de Janeiro*. 2014. Tese - (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) - Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/a0310777-a85e-4a4a-9eee-f71957985340>. Acesso em: 23 abr. 2024

TAVARES, Daiane de Oliveira. As facetas de Victório Caneppe: Narrativas sobre a Trajetória de um diretor penitenciário (1930-1955). In: *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica*, Salvador, v. 07, n. 20, jan./abr. 2022. p. 110-128. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br>. Acesso em: 06 jan. 2025

TAVARES, Oliveira Daiane de. *Por uma penitenciária de portas abertas: produção, circulação e recepção do discurso humanizador de Victório Caneppe na revista A Estrela (1951-1995)*. 2017. 173 f. Tese (Doutorado)- Centro de Educação e Humanidades – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://www.bdt.d.uerj.br/handle/1/10279>. Acesso em: 18 jun. 2025.